

SOUSA GALITO, Maria (2006). Embaixador Miguel Mkaima. In (2007) Trinta Entrevistas no Âmbito da Diplomacia Económica de Portugal no Atlântico. CI-CPRI, ENT, N.º26, pp. 217-225.

ENT: Entrevistas



Entrevistado: ***Embaixador Miguel Mkaima***
Embaixador de Moçambique em Portugal

Dia: 21 de Dezembro 2006, 10h

Local: Av. De Berna, n.º 7 – Lisboa

Duração da entrevista: 49m53s

MSG (Maria Sousa Galito), MM (Miguel Mkaima)

MSG: *Bom-dia, Sr. Embaixador. Falemos um pouco sobre diplomacia económica, sobre a relação entre Estado/Empresas, sobre o apoio do Estado à internacionalização das empresas, à promoção das exportações, à captação do Investimento Directo Estrangeiro. Como poderão as embaixadas promover os interesses económicos do seu país?*

MM: «É um tema muito interessante. Tem a ver com a relação entre o país acolhido e o país acolhedor. No caso da nossa embaixada, o país acolhido é Moçambique e o país acolhedor é Portugal.

«Na actividade diplomática, um dos capítulos mais importante é o da cooperação económica – a nível bilateral e a nível multilateral. A embaixada de Moçambique em Portugal, tem uma vertente virada para a economia, dirigida ao contexto português; para captar interesses económicos portugueses que queiram investir em Moçambique.

«A embaixada de Moçambique faz chegar – em conjugação com as autoridades portuguesas – a sua actividade diplomática junto de terceiros países, acreditados em Portugal. Portanto, a nossa acção transcende as fronteiras da cooperação bilateral.

«Em Portugal, estão também acreditadas algumas organizações internacionais, com as quais desenvolvemos uma acção diplomática coordenada – a vários níveis, incluindo o económico. Por exemplo, temos mantido uma relação estreita com a representação da União Europeia, numa acção coordenada que também incide no aspecto económico.

«Os países, para poderem desenvolver laços de amizade e de cooperação – quer no sentido bilateral, quer multilateral – procuram favorecer-se a si próprios; mas também contribuir para o ambiente económico de outros países. Ou seja, no contexto mundial actual, nenhum país sobrevive isolado – sozinho não consegue atingir níveis de desenvolvimento aceitáveis, e tem de manter relações estreitas de coordenação com outras Nações.

«Nesses termos, a diplomacia económica também tem como função dar informações sobre os níveis/capacidades de desenvolvimento do país acolhido, ao país acolhedor (ou a outros intervenientes, no âmbito multilateral) de forma a satisfazer os seus interesses económicos. Mas também no sentido contrário, com o objectivo de trocar experiências, e observar *exemplos de fora* que possam ser úteis a Moçambique.

«Do ponto de vista da globalização, este aspecto é muito importante para o desenvolvimento harmonioso dos países e do mundo, para a criação de um ambiente favorável a nível internacional e que, portanto, favoreça Moçambique. A diplomacia económica joga um papel determinante na observação do que acontece nos outros países, e na troca de experiências.»

Na opinião do Sr. Embaixador, tem havido uma maior aposta das embaixadas no factor “económico”? Se há trinta anos atrás, as relações diplomáticas entre Estados podiam talvez assumir uma índole mais político-estratégica, nos últimos anos os interesses económicos interestaduais têm vindo a ganhar relevância, ou não?

«Esse é um outro aspecto, sobretudo se analisarmos a diplomacia económica numa lógica de investimentos. Aqui as empresas assumem um papel importante.

«As empresas é que exibem a capacidade de investimento. O país pode assim arrecadar as capacidades financeiras das empresas estrangeiras. E pode definir correctamente políticas de investimento no exterior, já numa lógica de internacionalização das empresas.

«Por exemplo, a nossa embaixada trabalha com várias empresas portuguesas que têm demonstrado capacidade de investir em Moçambique que, pelo seu lado, tem estado a criar/oferecer um ambiente propício à captação desses investimentos. O que contribui bastante para o fortalecimento da cooperação e amizade entre Moçambique e Portugal.

«Por outro lado, esta cooperação e esta amizade são fortemente adjuvadas pelo alcance económico que representam. Exprimem-se através de volumes de investimento e de exportação/importação entre os dois países. Portanto, este elemento é sobejamente importante para a diplomacia económica de Moçambique; mas também de Portugal.

«A internacionalização das empresas tem um elemento importante para Moçambique, propiciado pelo nosso ambiente económico, e que tem a ver com a troca de experiências *entre empresas* moçambicanas e portuguesas; mas também com a confluência de sinergias entre empresas dos dois países – expressas através de *joint-ventures*, ou outras formas de comunhão de investimentos – para que *ambas as partes* possam ganhar, pois ajuda à definição clara dos investimentos a atingir.

«Portanto, quando os dois lados ganham – Portugal e Moçambique – é possível conciliar planos de investimento. A diplomacia de investimento procura encorajar, cada vez mais, formas de consenso que conduzam à criação de empresas mistas, sob a forma de joint-ventures, e beneficiem ambos os lados – o moçambicano e o português.»

MSG: *Moçambique privilegia a entrada, em seu território, de empresas estrangeiras com responsabilidade social que possam, de alguma forma, contribuir para o desenvolvimento do tecido social em que se vão inserir?*

MM: «O nosso processo de desenvolvimento económico tem demonstrado que a aceitação de empresas estrangeiras com capacidade de investir em Moçambique, deve obedecer, em primeira instância, ao plano de desenvolvimento de Moçambique: ao seu projecto, à sua estratégia e às suas prioridades.

«Em segundo lugar, vários instrumentos oficiais da legislação moçambicana aconselham à criação de empresas em *joint-venture*, ao enquadramento da problemática do emprego e da formação profissional dos trabalhadores da empresa, e ao respeito ambiental – também para favorecer as populações. As empresas estrangeiras não podem apenas instalar-se, gerar lucros e exportar esses lucros.

«Portanto, é preciso uma política de investimentos mais abrangente, com repartição dos respectivos lucros e ganhos, de forma a beneficiar o erário do país de destino, mas também os trabalhadores da empresa e, em geral, a sociedade moçambicana.»

MSG: *Fale-me um pouco sobre o mercado moçambicano e sobre o tipo de penetrabilidade que nele fazem as empresas portuguesas. Por exemplo, as barreiras alfandegárias são competitivas?*

MM: «Todo o tipo de investimento sectorial em Moçambique deve levar em conta os encargos fiscais que se praticam em Moçambique, mas estes encargos visam atrair cada vez mais investimentos portugueses; visam facilitar a entrada de mercadorias, de bens, e de técnicos que possibilitem a instalação do projecto. Simultaneamente, atribui-se importância da contribuição social das empresas no nosso país.

«Temos tido uma dificuldade com alguns investidores portugueses: a sua falta o espírito de sacrifício, e incapacidade de esperar pelo lucro a longo prazo. Pretendem investir hoje e lucrar hoje. Se o lucro parece avizinhar-se apenas mais tarde, sentem relutância em efectivar o investimento. O que prejudica o relacionamento entre empresas, e a visão futura de desenvolvimento. As empresas devem garantir, sobretudo, projectos de investimento que lucrem no médio e longo prazo – os que têm muito mais a ver com o desenvolvimento futuro de Moçambique.»

MSG: *E no sentido inverso? Das exportações e do investimento de Moçambique em Portugal?*

MM: «Vai levar muito tempo até que o volume de exportações moçambicanas para Portugal possa corresponder, também em volume, às exportações portuguesas para Moçambique. A nossa economia é muito jovem, precisa consolidar-se; precisa de crescer e implementar-se. Não podemos fazer comparação entre fluxos. Mas há,

naturalmente, uma tendência de crescimento das exportações moçambicanas para Portugal.»

MSG: *Hoje em dia, Moçambique pertence a várias organizações internacionais. O facto de ser simultaneamente Estado-membro da CPLP e Estado-membro da Commonwealth, por exemplo, justifica-se pela necessidade de “diversificação de carteira” para acautelar contra possíveis dependências em relação ao exterior? Ou é apenas uma forma de projectar o país internacionalmente? O factor língua (o uso do Português) ajuda Moçambique de alguma maneira na sua projecção internacional?*

MM: «Primeiro, temos de entender que a natureza dessas duas organizações é completamente diferente. A CPLP tem uma natureza própria, em que os seus Estados-membros pertencem a uma comunidade que tem na génese a valorização da língua, fim da história. A Commonwealth tem outra génese e a língua não é o seu factor principal. Não vejo assim tão bem essa comparação.

«Na CPLP, Moçambique trabalha mais sobre a concertação temática, sobre as grandes questões da Comunidade de cada país e do mundo; sobre a cultura, a história, e a Língua Portuguesa – elementos comuns aos vários Estados-Membros – mas, na CPLP, não existem, de maneira palpável, indicações no sentido de um desenvolvimento da Comunidade com base em factores económicos. Isso ainda não existe.»

MSG: *Poderá existir?*

MM: «Eu acredito que poderá existir – uma vez que os Estados-membros estão a desenvolver contactos, cooperação e amizade cultural entre si. É bem possível que, no tratamento das questões culturais, possa fazer-se um tratamento das questões económicas. Acredito.

«Pelo menos, existem indícios nesse sentido. Há uma forte cooperação bilateral entre Moçambique e o Brasil – com as exportações e as importações a crescerem. Existem também indícios que apontam para uma intensificação de relações económicas entre Moçambique e Portugal. Considero que esses indícios, por si só, são suficientes para pensarmos num futuro diferente no âmbito da CPLP.»

MSG: *A CPLP parece abarcar mais de 200 milhões de falantes de Língua Portuguesa. Poderá aqui potenciar-se um mercado, uma oportunidade para os Estados-Membros da CPLP e para as suas empresas?*

MM: «Não sei se podemos fazer esse exercício, em termos económicos. Esse número traduz o número de falantes de Língua Portuguesa, que pode não ter correspondência ao nível das trocas económicas.»

MSG: *E os chamados “produtos da saudade”?*

MM: «São mais trocas no âmbito linguístico, trocas de informações, etc. Por exemplo, Macau tem o seu mercado onde realiza trocas comerciais. Portugal também tem o seu mercado, no qual procura fontes de rendimento para o seu desenvolvimento. Mas não creio que isso aconteça no seio da CPLP.»

MSG: *Moçambique aderiu à Commonwealth. A CPLP e a Commonwealth, o que significam para Moçambique?*

MM: «É preciso ter em conta a génese da CPLP. Portanto, a CPLP não visa a promoção das trocas comerciais, nem promove o desenvolvimento económico dos seus Estados-Membros – não tem esses objectivos. A CPLP almeja a “concertação”, incentiva à troca de informações mas, sobretudo, visa a valorização da Língua Portuguesa. Isso é que é a CPLP.

«Na Commonwealth entra-se com ideias, com projectos de desenvolvimento económico para o seu país, e com uma contribuição para os outros Estados-membros. Há um elemento económico. Não é uma região.

«A CPLP é uma *região*, não no sentido geográfico, mas no sentido linguístico – pois é uma Comunidade de países que partilham a mesma língua.

«A Commonwealth não tem o elemento língua. O factor fundamental é a economia, o desporto, a cultura, etc. Há projectos que beneficiam cada um dos Estados-membros: a formação científica, técnica, etc. Há uma promoção de projectos de desenvolvimento. É diferente.

«Depois temos de considerar a localização geográfica de Moçambique. Há uma relação entre Moçambique e o Oriente. E depois há a relação entre Portugal, o Brasil, Angola e Cabo Verde – os quais são todos países atlânticos.

«No outro dia falava com o Sr. Conselheiro da Embaixada de Cabo Verde.»

MSG: *Se me permite a chegada, já tive o prazer de entrevistar o Sr. Conselheiro de Cabo Verde, sobre estas mesmas matérias, enfim, sobre diplomacia económica.*

MM: «Estivemos a conversar no Cocktail, em honra do Sr. Embaixador de Cabo Verde. Na conversa com ele, disse-me que muitos portugueses tinham ido saudar o Sr. Embaixador, ao ponto da embaixada ter sentido a necessidade de “fazer uma ginástica” para controlar o número de pessoas com intenção expressa de comparecer na recepção, por uma questão de lotação do espaço disponível.

«Então eu disse: “Os Cabo Verdianos são mesmo úteis aqui em Portugal”. Ao que o Sr. Conselheiro de CV se mostrou surpreendido com o facto de haver cada vez menos moçambicanos em Portugal. Eu repliquei: “Bom, Moçambique fica distante”. A verdade é que, actualmente, são dez horas de voo entre Moçambique e Portugal, enquanto uma passagem de ida e volta custa bem mais de mil euros – comparativamente, para Cabo Verde, um voo deve custar uma média de 300/400 euros, ida e volta, e haverá voos mais baratos – ou seja, um moçambicano pode não dispor de recursos financeiros para pagar uma passagem aérea tão dispendiosa.

«Por outro lado, para um cabo-verdiano, o sítio mais “aconselhado” para procurar um emprego é Portugal, fica mais perto, consegue-se logo trabalho.»

MSG: *Mais perto ficam talvez as Canárias – Espanha. Ou o Senegal, no continente africano.*

MM: «Mas os cabo-verdianos encontram emprego mais facilmente em Portugal do que em Espanha ou no Senegal.

«Para um Moçambicano, é mais fácil encontrar emprego na África do Sul – às vezes até vai a pé. Levanta-se de manhã muito cedo e cruza a fronteira nesse dia; se não, um dia depois. Portanto, para um moçambicano, o mercado de trabalho fica na África do Sul. Para um cabo-verdiano fica em Portugal.

«Por outro lado, é mais fácil encontrar emprego em Moçambique do que em Cabo Verde – do ponto de vista dos seus nacionais. Para este ano, a produção de açúcar em Moçambique atingiu cerca de 300 mil toneladas de produção – o que é muito açúcar! Menciono um sector que emprega muitas pessoas – em actividades que vão desde o cultivo da cana, ao seu corte, ao tratamento da matéria-prima nas fábricas, à distribuição e transporte do produto final, e à venda do açúcar no mercado. Em Cabo Verde não existem grandes plantações como existem em Moçambique.

«Moçambique é imenso! O meu país tem mais de vinte milhões de pessoas, enquanto em Cabo Verde a população não chega a um milhão de habitantes. Portanto, as diferenças são grandes – que encorajam ou desencorajam os Moçambicanos a deslocarem-se a Portugal.

«Mesmo ao nível do ensino superior. No ano passado, a embaixada de Moçambique em Lisboa recebeu 30 moçambicanos para as Universidades Portuguesas. Este ano, oficialmente, recebemos 15 – o número caiu para metade. Para o ano, é possível que recebamos só 10 ou 5 pedidos. Ao passo que na embaixada de Cabo Verde, surge uma média de 200/300 estudantes interessados em entrar nas universidades portuguesas.

«Por outro lado, e não querendo menosprezar os esforços de Cabo Verde no âmbito do ensino superior, a verdade é que Moçambique, até à data da independência, tinha uma única instituição de ensino superior – a Universidade Lourenço Marques (como era conhecida antigamente), hoje em dia denominada por Universidade Eduardo Mondlane – mas actualmente, Moçambique tem 15 escolas superiores, entre Universidades e Institutos superiores. Em cada ano, mais de 5000/6000 estudantes manifestam vontade em aprender no seu próprio país. Logo, para um estudante moçambicano, é mais fácil recorrer à oferta interna disponível, do que deslocar-se a Portugal. Portanto, o número de moçambicanos que vêm a Portugal será cada vez menor.

«Mas isto também tem a ver com a diplomacia económica – no âmbito da formação, da criação de emprego e de condições de trabalho. Há cada vez melhores condições de vida em Moçambique, pelo que as pessoas não precisam vir para Portugal.

«A problemática da emigração também tem posto em causa a inserção dos emigrantes na Europa – de um modo geral, não só em Portugal.»

MSG: *Mas não existem acordos entre Portugal e os PALOP no âmbito da emigração?*

MM: «O que existe é uma *facilidade* de circulação de cidadãos *em serviço*. Isso pouco tem a ver com “facilidades no mercado de trabalho” em Portugal para cidadãos provenientes de Moçambique.

«*Cidadãos em serviço* são, por exemplo, empresários e oficiais de Governo que levam consigo *passaporte de serviço*, mas estes estão proibidos de encontrar outro emprego em Portugal. Com passaporte diplomático, eu não posso ter um outro emprego em Portugal que não o de embaixador.

«Portanto, as *facilidades* ainda não se verificam no âmbito económico; promovem contactos entre Instituições e entre empresários da CPLP, mas ainda não impulsionam o emprego, nem mesmo o investimento.»

MSG: *Haveria interesse, por parte das autoridades moçambicanas, de tornar a CPLP mais capaz de promover o emprego, as exportações e o investimento no seio dessa “região” – como o Sr. Embaixador lhe chamou – desse mercado hipoteticamente constituído pelos seus Estados-membros? Haveria “interesse” em apostar mais no “económico” no seio da CPLP?*

MM: «Poderia ser benéfico – pelo menos, reduziam-se alguns problemas emigratórios.

«Simultaneamente, haveria países que, dentro da CPLP, iriam ganhar mais com isso do que outros. Iria variar.»

MSG: *Fale-me um pouco sobre a questão de Cahora Bassa, talvez enquanto exemplo de diplomacia económica entre Portugal e Moçambique.*

MM: «A conclusão do processo de negociação da barragem de Cahora Bassa foi a revelação de um grande sentido diplomático entre Moçambique e Portugal. Trata-se de um assunto muito importante – porque o projecto de Cahora Bassa é gigantesco, com uma enorme capacidade de geração de energia e de rendimentos, que influencia, em larga medida, as mudanças do próprio país.

«Daqui a um/dois anos, quando a hidroeléctrica de Cahora Bassa estiver a funcionar em pleno – com rendimentos na ordem dos 85% para Moçambique e de 15% para Portugal – iremos assistir a mudanças muito grandes.

«Este valor é muito grande para a economia de Moçambique. Vai mudar amplamente a “cara” de Moçambique. Portanto, o desfecho positivo sobre esta matéria, representa um grande salto qualitativo na diplomacia portuguesa e na diplomacia de Moçambique. Houve um consenso, um entendimento solidário entre os dois países, no sentido de se resolver um assunto que se arrastava há dezenas de anos.»

MSG: *Falemos então da União Europeia. A Presidência Portuguesa, no segundo semestre de 2007, poderá dar uma relevância especial às relações entre a União Europeia e os países africanos? Uma proximidade entre a União Europeia e os PALOP poderá ser uma oportunidade para Moçambique?*

MM: «Poderá ser uma oportunidade impar para Moçambique, para África no geral, mas também para Portugal. Será o momento em que a Europa e a África se vão sentar a uma mesma mesa, para discutir o seu relacionamento – mormente a responsabilidade que África tem para resolver os seus problemas, e que a Europa tem para ajudar a África.

«Ganham todos. Ganha Portugal, ganha a Europa e ganha África.

«Acho que Portugal está a atravessar uma fase conturbada, do ponto de vista económico. Portugal precisa de reafirmar-se perante a Europa, mostrar que tem capacidade de progredir e chegar a níveis mais altos. Esta presidência vai representar uma responsabilidade de Portugal.

«Considero que, nos seis meses em que Portugal vai assumir a presidência – e em que a Cimeira, em princípio, vai ter lugar – Portugal vai ganhar muito com isso. E África vai ganhar muito com isso.

«Moçambique vai estar disponível – no sentido de contribuir, de facilitar – para que Portugal possa presidir a União Europeia da melhor maneira.»

MSG: *Desafio o Sr. Embaixador para uma pergunta diferente. De que tipo de relação, entre a União Europeia e África, é que estamos a falar? A ideia ainda é “ajudar África” (com AID), ou já estamos ao nível de uma “relação comercial” – mais no âmbito empreendedor, com o estabelecimento de parcerias – com os “países africanos”?*

MM: «Há um ditado africano que diz: “se quiseres ajudar-me, não me dêes peixe para comer, dá-me anzol para eu pescar”. Portanto, a ajuda europeia a África deve caracterizar-se nesse sentido, deve fundamentar-se na troca; na transmissão de know-how; na transferência de tecnologias, de capacidades de planificação e de gestão dos processos de produção. Só assim a ajuda da Europa pode fazer sentido.

«A ajuda europeia não faz sentido, se a UE limitar-se a enviar trigo para África, para as pessoas comerem. Isto não ajuda muito.

«Penso que o que Portugal tem estado a fazer, tem a ver com a promoção de debates sobre “formas de ajudar África”, para que este auxílio se baseie em parcerias; se baseie na troca. Por seu lado, África deve mostrar-se capaz de receber esta ajuda, e de a usar adequadamente.

«No meu entender, *uma utilização adequada* implica o uso dessa ajuda no sentido de obter capacidades de desenvolvimento para África. Não se quer ajuda *que se mete no estômago e acabou-se.*»

MSG: *Peço ao Sr. Embaixador um comentário sobre as relações entre os países da CPLP e os EUA. Em Angola, por exemplo, há um número significativo de empresas dos EUA, que já conhecem o mercado em que actuam.*

«Os EUA sempre estiveram em Angola, durante a guerra civil, durante *as guerras*. As empresas dos EUA nunca abandonaram Angola e agora estão, cada vez mais, a marcar presença naquele território. E, em Angola, sempre estiveram empresas portuguesas, que agora procuram reforçar a sua posição.

«Também em Moçambique há empresas dos EUA e empresas portuguesas, que sempre lá estiveram.

«Mas em Angola a situação é diferente, pois a sua guerra só terminou há pouco tempo, e num contexto em que a economia mundial era favorável. A injeção de investimentos – portugueses, norte-americanos, etc. – em Angola, originou o actual “boom”.

«Isso não aconteceu com Moçambique. Não houve uma corrida de investidores portugueses e de norte-americanos a Moçambique, quando este alcançou a paz, porque foi numa altura em que correlação económica mundial não era tão favorável para que tal acontecesse.

«Por outro lado, Moçambique não é espectacular, em termos de recursos naturais, como Angola o é para os investidores estrangeiros. Estamos a falar de situações e de factores diferentes. Evito fazer comparações entre realidades completamente diferentes.

«O relacionamento entre Portugal e Angola sempre foi diferente do relacionamento entre Portugal e Moçambique, mormente por causa dos recursos naturais.»

MSG: *Bom, mas há três factores de produção: a terra, o capital e as pessoas. Moçambique investe nas pessoas?*

MM: «(risos) O petróleo que temos em Moçambique são as pessoas. E eu saúdo o meu Governo por saber investir no factor humano.

«Os grandes investimentos que o Governo de Moçambique faz são na formação das pessoas “no local”. Nos últimos tempos realizaram-se grandes projectos de formação técnico-profissional, a vários níveis, que incluíram a criação de novas escolas.

«Através destas iniciativas, os jovens procuram, eles próprios, a criação do seu próprio emprego. São pequenos projectos, pequenas actividades, pequenos rendimentos, mas que visam dar/elevar o nível de vida dos jovens. A Moçambique, é o caminho que resta prosseguir, por não possuir recursos naturais em grande abundância. Em Moçambique, o que existe em abundância é o recurso humano.»

MSG: *Muito obrigada, Sr. Embaixador Miguel Mkaima.*